

Demonstrações Financeiras

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Relatório de Administração

DEZEMBRO de 2025



Apresentação

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. submete à apreciação de V. Sas., o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas a 31 de dezembro de 2025, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho

O ano de 2025 foi marcado por um ambiente macroeconômico desafiador e pela continuidade do processo de adequação às novas exigências regulatórias, em especial aquelas decorrentes da Resolução nº 4.966.

No cenário econômico, os juros reais permaneceram em patamares elevados, contribuindo para um ambiente de crédito mais seletivo no mercado como um todo, em um contexto de maior cautela por parte dos agentes econômicos.

Diante desse cenário, o Banco manteve disciplina na originação e na gestão da carteira de crédito, priorizando operações compatíveis com seu perfil de risco e preservando a qualidade dos ativos. A carteira apresentou estabilidade ao longo do período, refletindo ajustes pontuais alinhados às condições de mercado.

Para 2026, a Administração mantém perspectiva de evolução gradual da carteira, de forma seletiva e alinhada às condições econômicas vigentes.

A atividade de tesouraria manteve seu direcionamento estratégico voltado ao suporte das necessidades dos clientes, reforçando o compromisso com a solidez e a eficiência operacional. O segundo semestre apresentou resultado nulo, indicando estabilização do desempenho ao longo do exercício, que se encerrou com prejuízo de R\$ 4,89 milhões, integralmente concentrado no primeiro semestre.

Índice de Basiléia

O Banco adota a apuração dos limites de Basiléia de forma consolidada, com base nos dados financeiros do Conglomerado Prudencial, conforme as diretrizes do Banco Central do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2025, o Índice de Basiléia do Conglomerado Prudencial era de 22,98%, evidenciando adequada base de capital em relação aos riscos assumidos.

Gerenciamento de Riscos

A Área de Riscos no Banco Caixa Geral - Brasil é independente das áreas de negócios e mantém vínculo funcional com a Diretoria de Riscos da Caixa Geral de Depósitos. Esta área conta com processos integrados de gestão de risco através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização da atividade do Banco. Os processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e socioambiental.

A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas. O Banco Caixa Geral - Brasil também conta com uma estrutura própria para a Gestão do Capital. Conforme determinado pelas regras do Banco Central do Brasil.

Os relatórios das estruturas de Gerenciamento de Risco Operacional, de Mercado, de Crédito e Gerenciamento de Capital estão disponíveis na sede do Banco, e as informações requeridas pela Resolução BCB nº. 54 e a estrutura de Gerenciamento do Risco de Liquidez são divulgadas no sítio da Instituição na internet, no endereço: www.bcgbrasil.com.br.

Agradecimentos

A Administração do Banco Caixa Geral - Brasil agradece aos clientes pela confiança depositada, ao acionista Caixa Geral de Depósitos pelo apoio contínuo, aos colaboradores pelo comprometimento e dedicação e aos parceiros institucionais pela colaboração ao longo do exercício.

A Administração

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas do
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Apresentação dos valores comparativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



**Shape the future
with confidence**

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Henrique Furtado Maduro
Contador CRC SP-291892/O

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Balanço patrimonial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	2025
Ativo		
Disponibilidades	4	2.125
Instrumentos financeiros		1.679.718
Ao custo amortizado		<u>1.015.340</u>
Aplicações interfinanceiros de liquidez	5	78.499
Títulos e valores mobiliários	6.b	47.645
Operações de crédito	9.a	963.944
Provisão para perda associada ao risco de crédito	9.a	(74.748)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		<u>610.228</u>
Títulos e valores mobiliários	6.b	610.228
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)		<u>54.150</u>
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	30.166
Títulos e valores mobiliários	6.b	23.984
Outros Ativos		<u>30.759</u>
Ativos não financeiros mantidos para venda	11.a	20.507
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para venda	11.a	(6.001)
Diversos	11.b	16.253
Ativos fiscais correntes e diferidos	17.b	92.593
Investimento em participação em controlada	12.a	25.044
Imobilizado e intangível		<u>3.585</u>
Imobilizações		8.080
Depreciação		(4.495)
Total do ativo		<u><u>1.833.824</u></u>

	Nota	2025
Passivo e patrimônio líquido		
Ao Custo amortizado		1.518.157
Depósitos	13.a	823.959
Captações no mercado aberto	13.b	28.425
Recursos de aceites e emissões de títulos	13.c	234.592
Obrigações por empréstimos e repasses	13.d	421.064
Provisão para perda associada ao risco de crédito	14.a	10.117
Ao valor justo por meio de resultado		894
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	894
Outros Passivos		10.991
Fiscais e previdenciárias	15.a	3.232
Diversas	15.b	7.759
Obrigações fiscais correntes e diferidas	17.c	2.264
Total do Passivo		1.532.306
Patrimônio líquido		301.518
Capital social		323.728
De domiciliados no exterior	18.a	323.728
Outros resultados abrangentes		(3.327)
Prejuízos acumulados		(18.883)
Total do passivo e Patrimônio Líquido		1.833.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Demonstração do resultado

Exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	Nota	2º Semestre	Exercício
Receitas da intermediação financeira		216.745	432.538
Operações de crédito	9.h	66.850	50.950
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.e	55.805	135.452
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	92.902	229.336
Operações em moeda estrangeira	10.c	1.188	16.800
Despesas da intermediação financeira		(199.635)	(403.555)
Operações de captações no mercado	10.a	(70.565)	(136.674)
Operações de empréstimos e repasses	10.b	(113.818)	(240.904)
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	9.f	(13.028)	(19.864)
Provisões para perdas títulos	6.f	(2.049)	(2.142)
Provisões para garantias financeiras prestadas	29	333	(54)
Demais provisões		333	(3.917)
Resultado bruto da intermediação financeira		17.110	28.983
Outras (despesas) receitas operacionais		(18.598)	(40.178)
Receitas de prestação de serviços	21	1.744	3.327
Resultado de participação em controlada	12.b	1.830	2.900
Despesas de pessoal	25.c	(14.339)	(26.432)
Outras despesas administrativas	22	(8.712)	(17.856)
Despesas tributárias	23	(1.782)	(3.442)
Outras despesas operacionais, líquidas	24.a e 24. b	2.661	1.325
Resultado operacional		(1.488)	(11.195)
Resultado não operacional		59	85
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(1.429)	(11.110)
Imposto de renda e contribuição social	17.a	1.429	6.220
Corrente		(3)	(3)
Diferido		1.432	6.223
Prejuízo líquido do semestre/exercício		-	(4.890)
Quantidade de ações		869.321	869.321
Prejuízo por ação básico/diluído no final do semestre/exercício(R\$)		-	5,62

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2025.
(em milhares de reais)

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>
Lucro (prejuízo) líquido do semestre/exercício	-	(4.890)
Outros resultados abrangentes ao valor justo	3.152	3.483
Outros resultados abrangentes - ajuste ao valor de mercado, líquido dos impostos	3.152	3.483
Resultado abrangente total	<u>3.152</u>	<u>(1.407)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste ao valor de mercado - TVM	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	323.728	(6.810)	(12.904)	304.014
Ajuste adoção inicial				
Res CMN. 4.966/21 (nota 26)	-	-	(1.089)	(1.089)
Saldos de abertura em 1º de janeiro de 2025	<u>323.728</u>	<u>(6.810)</u>	<u>(13.993)</u>	<u>302.925</u>
Ativos financeiros				
Valor justo por meio de resultado abrangente (VJORA)	-	3.483	-	3.483
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(4.890)	(4.890)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>323.728</u>	<u>(3.327)</u>	<u>(18.883)</u>	<u>301.518</u>
Saldos em 30 de junho de 2025	<u>323.728</u>	<u>(6.479)</u>	<u>(18.883)</u>	<u>298.366</u>
Ativos financeiros				
Valor justo por meio de resultado abrangente (VJORA)	-	3.152	-	3.152
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>323.728</u>	<u>(3.327)</u>	<u>(18.883)</u>	<u>301.518</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre	Exercício
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido ajustado do semestre/exercício		32.480	80.901
Lucro (prejuízo) líquido do semestre/exercício		-	(4.890)
Ajustes ao (prejuízo) lucro líquido:		32.480	85.791
Depreciações e amortizações	22	314	595
Perda ou (ganho) na venda de imobilizado		(29)	2.576
Resultado de participação em controlada	12.b	(1.830)	(2.900)
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas		(22)	(413)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(15.252)	(8.416)
Constituição para impostos e contribuições diferidos		(197)	1.772
Provisão (reversão) para outras provisões		(1.003)	(964)
Provisão (reversão) para contingências fiscais	24.b	(21)	(39)
Reversão (constituição) de créditos tributários		6.725	8.475
Ajuste de Valor de Mercado - TVM		43.795	85.105
Variações dos ativos e obrigações		(88.443)	(362.124)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)		32.204	1.498
(Aumento)/redução em operações de crédito		(3.522)	(79.119)
(Aumento)/redução em outros ativos		(45.783)	(58.203)
Aumento/(redução) em depósitos		57.434	75.319
Aumento/(redução) em captação no mercado aberto		(42.856)	(104.098)
Aumento/(redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		(228.244)	(258.521)
Aumento/(redução) em outras obrigações		(7.717)	(10.942)
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses		137.041	38.817
Imposto pago		13.000	33.125
Fluxo de caixa aplicados das atividades operacionais		(55.963)	(281.223)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações no imobilizado de uso		(5.178)	(10.063)
Juros sobre o capital próprio recebidos		2.240	4.140
Fluxos de caixas aplicados nas atividades de investimentos		(2.938)	(5.923)
Redução do caixa e equivalentes de caixa		(58.901)	(287.146)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		139.525	367.770
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	4	80.624	80.624
Redução do caixa e equivalentes de caixa		(58.901)	(287.146)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco"), é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa, iniciou suas operações em 1º de abril de 2009, e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN

As demonstrações foram apresentadas em conformidade com as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/2020, Resolução CMN nº 4.818/20, Resolução CMN nº 4.910/21, Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

As principais alterações implementadas foram que as contas do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade;

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Banco como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras-Continuação

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, às quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são:

- Resolução nº 4.924/21 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- Resolução nº 4.910/21 - Demonstração do fluxo de caixa;
- Resolução nº 4.818/20 - Divulgação sobre partes relacionadas;
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- Resolução nº 4.818/20 - Evento subsequente;
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações;
- Resolução nº 4.924/21 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
- Resolução nº 4.924/21 - Pronunciamento conceitual básico;
- Resolução nº 4.924/21 - Mensuração do valor justo;
- Resolução nº 4.877/20 - Benefícios a empregados;
- Resolução nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros; e
- Resolução nº 4.975/21 - Arrendamento Mercantil.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco e de sua controlada, conforme previsto nas Resoluções CMN nº 4.524/16 e 4.817/20. Foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN. Os valores comparativos relativos aos períodos anteriores não foram apresentados nestas demonstrações financeiras considerando a dispensa de apresentação prevista na Resolução CMN 4.966/21 e na Resolução BCB 352/23

O Bacen emitiu as Resoluções CMN nº 4.966/21, 5.019/22 e 352/23 que tratam de conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. Referidas normas entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras-Continuação

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece regras contábeis para instrumentos financeiros as quais buscam se aproximar dos conceitos da norma internacional de contabilidade IFRS 9, emitida pelo International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS). A resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como sobre a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. A Resolução BCB nº 352/23 estabelece que a reclassificação dos instrumentos de proteção (hedge) ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2027.

A resolução determina os parâmetros para: classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração do Banco em 17 de março de 2026.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pro rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais.

b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, ou sempre que houver indícios objetivos de "impairment".

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Instrumentos financeiros

De acordo com a Resolução CMN 4.966/21, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) *Custo Amortizado* - o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais
- (ii) *Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA)* - os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas, o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- (iii) *Valor Justo no Resultado (VJR)* - os demais ativos

O Banco, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, para mensuração do valor justo dos seus ativos. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação:

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos Financeiros--Continuação

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

e) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Instrução Normativa 276/22, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, “swaps” e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios:

- Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras.
- Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do exercício.
- Operações de “swaps”: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “*pro rata*” dia até a data das demonstrações financeiras.
- Opções: os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos do Banco, designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“*hedge*”), foi classificado como “*hedge*” risco de mercado.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

e) Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “*hedge*” e os respectivos objetos de “*hedge*” são ajustados ao valor de mercado, sendo a valorização ou a desvalorização dos “*hedges*” de risco de mercado registradas em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do exercício.

f) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada.

O Banco realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, quando aplicável, para os seguintes instrumentos financeiros: títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de concessão de crédito; garantias financeiras prestadas.

O Banco integra o segmento prudencial "S4", dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adota a metodologia simplificada.

Os critérios de aplicação da metodologia simplificada são determinados pela Resolução BCB nº 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados de acordo com as respectivas garantias atreladas e os períodos de atraso das operações. Para fins de determinação dos níveis de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito o Banco deve segregar os ativos financeiros nas seguintes carteiras:

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

f) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito--
Continuação

Carteira	Garantia
C1	Créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento.
C2	Créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis; créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança; créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução nº 4.818/20 do CMN.
C3	Créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis; créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios; e créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos nas carteiras C1 e C2.
C4	Créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos.
C5	Operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido na carteira C4, crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais; créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos na carteira C4; e créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos nas carteira C1 à C4.

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pelo Banco para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

Ativos Financeiros não Problemáticos: referem-se aos ativos financeiros não caracterizados como ativo financeiro com problemas de recuperação de crédito.

O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinados no anexo II da Resolução BCB nº 352/23, apurados pela área de Risco de Crédito.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

f) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito--
Continuação

Ativos Financeiros Problemáticos não inadimplidos: referem-se aos ativos financeiros caracterizados como ativos financeiros com problema de recuperação de crédito decorrentes de outros motivos que não seja por atraso (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinados no item II do artigo 78º da Resolução BCB nº 352/23.

Ativos Financeiros Inadimplidos: referem-se aos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal ou juros, ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

No BCG-Brasil o conceito de operações reestruturadas é aplicável para os seguintes cenários:

- (i) Operações reestruturadas em que há perda econômica superior a 1%;
- (ii) Operação reestruturada por dificuldades financeiras com atraso superior a 30 dias, que estava classificada em NPE antes da entrada em período probatório;
- (iii) Reincidência de reestruturação por dificuldades financeiras, durante o período probatório de RDF, que estava classificada em NPE antes da entrada em período probatório;
- (iv) Aplicação de medidas de reestruturação por dificuldades financeiras a uma operação classificada em incumprimento.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/2021, o BCG-Brasil observa a prática de interrupção da apropriação de receitas de juros e de atualização monetária ("stop accrual") sobre operações de crédito classificadas como problemáticas.

Nos termos da regulamentação vigente, a apropriação de receitas é suspensa sempre que as operações apresentarem atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou encargos, de forma a assegurar que não sejam reconhecidas no resultado receitas cuja realização seja incerta. Os valores correspondentes permanecem registrados em contas de compensação, sendo apropriados ao resultado apenas após a efetiva liquidação das parcelas em atraso. Desta forma, o BCG-Brasil mantém suas práticas contábeis em conformidade com os critérios prudenciais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, assegurando a fidedignidade e a prudência na apuração de seus resultados.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

f) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito--
Continuação

Os critérios de cura dos ativos com problema de recuperação estão descritos na Política de Acompanhamento e Recuperação de Crédito (PARC) do BCG-Brasil e associam diferentes períodos de quarentena aos diversos critérios de incumprimento que causaram a marcação de uma operação como ativo com problema de recuperação de crédito. Em linhas gerais, assim que sanado o incumprimento, marcações por atrasos superiores a 90 dias possuem critério de quarentena de 3 meses. Operações reestruturadas com perda econômica para o BCG-Brasil possuem período de quarentena de 12 meses. Por fim, restantes condições possuem uma quarentena de 3 meses.

<u>Tipo de Ativos</u>	<u>Saldo em NPE</u> <u>31/12/2025</u>	<u>Saldo de</u> <u>Expectativa de</u> <u>Recuperação</u> <u>31/12/2025</u>
Títulos e créditos a receber	74.338	39.483
Adiantamento sobre contratos de câmbio - ACC	16.647	3.756
Financiamento à exportação	8.778	2.230
Notas Comerciais	8.318	4.515
Total	108.081	49.984

Para os títulos e valores mobiliários, garantias financeiras prestadas, o Banco utiliza metodologia interna para apurar a provisão de perdas esperadas para esses ativos.

g) Operações em moeda estrangeira

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do exercício.

h) Ativos e passivos

Os ativos e passivos são demonstrados pelo custo, incluindo os juros e as variações monetárias, podendo o ativo, quando aplicável ser deduzido das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

i) Permanente

a) *Investimentos*

A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição.

b) *Imobilizado e Intangível*

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

j) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, sendo os principais critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisão para risco - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

k) Ativos não financeiros mantidos para venda

O Banco possui ativos não financeiros mantidos para venda compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. A Administração avalia a existência de indicativos de redução ao valor de realização desses ativos, com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos.

l) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda.

Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxa vigente à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". Os créditos tributários são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

m) Lucro por ações

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

n) Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos realizáveis até doze meses subsequentes ao balanço são classificados no circulante e aqueles cujo vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram nos doze meses após a data do balanço são classificados em não circulante. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas estão classificados em sua totalidade em não circulante independentemente do prazo de realização

A segregação do balanço patrimonial entre circulante e não circulante está demonstrado nas respectivas notas explicativas, em conformidade com a Resolução CMN 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

n) Segregação entre circulante e não circulante--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas considerando os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.910/21, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.818/20.

o) Teste SPPJ (somente pagamento de principal e juros)

Para que ocorra a classificação contábil, é necessário aplicar o Teste SPPJ, para avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

p) TJE (taxa de juros efetiva)

O Banco, conforme faculdade prevista no § 3º do art. 73 da Res. 352/23 adota a metodologia diferenciada reconhecimento no resultado do exercício dos custos de transação e dos valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento considerados imateriais, conforme o disposto no art. 13, § 2º, da Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro 2021, e no art. 13, § 2º, desta Resolução. Já para o passivo conforme determinado por lei é adotada a metodologia completa.

q) Efeitos adoção inicial

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução nº 4.966/21 do CMN e alterações posteriores, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido do Banco está demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025 e está apresentada na nota 26.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os componentes de caixa e de equivalente de caixa são classificados ao custo amortizado e estão demonstrados:

	<u>2025</u>
Disponibilidades em moeda nacional	454
Disponibilidades moeda estrangeira	1.671
Aplicações em operações compromissadas	<u>78.499</u>
Total	<u>80.624</u>

As aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas, no montante de R\$78.499 apresentam taxas médias ao ano de 14,85%. Referem-se a aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na nota 5 e que apresentam risco insignificante de mudança de valor

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>2025</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>Total</u>
Custo Amortizado		
Aplicações em operações compromissadas	<u>78.499</u>	<u>78.499</u>
Total	<u>78.499</u>	<u>78.499</u>
Circulante		78.499

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

6. Títulos e valores mobiliários

a) Composição em 31 de dezembro de 2025, por tipo de carteira:

	Custo Amortizado	Valor Justo	Perda Esperada	Valor Líquido
<u>Carteira Livre</u>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	263.512	(567)	-	262.945
Notas do tesouro Nacional - NTN	170.206	(2.476)	-	167.730
Fundo de Investimento - FIDC	74	-	-	74
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	7.769	-	(350)	7.419
Certificado de Recebíveis Agronegócio - CRA	17.324	-	(278)	17.046
Debêntures	2.717	(3)	(385)	2.329
Total de Carteira Própria	461.602	(3.046)	(1.013)	457.543
<u>Vinculados a compromissos de recompra</u>				
Debêntures	13.780	(59)	(545)	13.176
Certificado de Recebíveis Agronegócio - CRA	12.630	-	(178)	12.452
Total de vinculados a compromisso de recompra	26.410	(59)	(723)	25.628
<u>Vinculados à prestação de garantias</u>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	62.701	(916)	-	61.785
Notas do tesouro Nacional - NTN-B e NTN-F	115.015	(2.024)	-	112.991
Fundo de Investimento - FILCB	23.910	-	-	23.910
Total de vinculados a prestação de garantias	201.626	(2.940)	-	198.686
Total de títulos e valores mobiliários	689.638	(6.045)	(1.736)	681.857

(*) Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$198.686 estava bloqueado em garantia de operações na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (nota nº 7.f).

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

6. Títulos e valores mobiliários--Continuação

b) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2025:

	Saldo Contábil Bruto	Ajuste ao Valor Justo	Valor da perda esperada	Valor Líquido
Valor Custo Amortizado (CA)				
Títulos Privados				
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA				
Até 3 meses	9.914	-	(139)	9.775
De 1 a 3 anos	20.040	-	(317)	19.723
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI				
De 1 a 3 anos	7.769	-	(350)	7.419
Debêntures				
De 1 a 3 anos	11.658	-	(930)	10.728
Total de títulos Privados para Valor Custo Amortizado (CA)	49.381		(1.736)	47.645
Valor Justo no Resultado (VJR)				
Cotas de Fundos de Investimento Sem vencimento	23.984	-	-	23.984
Total de títulos Privados para Valor Justo no Resultado (VJR)	23.984	-	-	23.984
Valor Justo no Resultado Abrangente (VJORA)				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
De 6 a 12 meses	204.144	(1.116)	-	203.028
De 1 a 3 anos	115.171	(371)	-	114.800
Acima de 3 anos	6.897	5	-	6.902
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e F (*)				
De 6 a 12 meses	60.245	(1.199)	-	59.046
De 1 a 3 anos	191.884	(3.128)	-	188.756
Acima de 3 anos	33.093	(174)	-	32.919
Total de títulos públicos	611.434	(5.983)	-	605.451
Títulos Privados				
Debêntures				
De 1 a 3 anos	4.839	(62)	-	4.777
Total de títulos privados	4.839	(62)	-	4.777
Total de títulos públicos e privados para Valor Justo no Resultado (VJORA)	616.273	(6.045)	-	610.228
Total de títulos	689.638	(6.045)	(1.736)	681.857

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

6. Títulos e valores mobiliários--Continuação

c) Custódia dos títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2025, os títulos públicos, no montante de R\$611.434, estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC, as cotas de fundos de investimentos no montante de R\$23.984 estão custodiados junto aos administradores do fundo. Já os títulos privados no valor de R\$54.220 são custodiados na CETIP.

d) Valor de mercado

Para os títulos públicos classificados em VJORA o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

Para a marcação a mercado das debêntures emitidas segundo a instrução CVM nº 476 e que não apresentavam preço indicativo pela ANBIMA ou outra fonte alternativa (cotações fornecidas por Corretoras), foi utilizada a metodologia baseada nas últimas negociações que ocorreram no mercado secundário em taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos foram marcadas a mercado com base nos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos.

Os títulos públicos resultaram em ajuste positivo no semestre no montante de R\$5.983, e os privados no semestre um ajuste negativo de R\$62. O impacto no patrimônio líquido do Banco foi de R\$3.152, líquido dos efeitos tributários.

A composição da carteira em 31 de dezembro de 2025, considerando os níveis hierárquicos de mensuração de valor justo são demonstrados como segue:

<u>Dezembro de 2025</u>	<u>Nível 1</u>
Valor Justo no Resultado Abrangente (VJORA)	616.273
LTN	326.213
NTN-B	213.635
NTN-F	71.586
Debêntures	4.839
Valor Justo no Resultado (VJR)	23.984
FIDC	23.984
Total	640.257

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

6. Títulos e valores mobiliários--Continuação

e) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (CA, VJORA e VJR)

2º Semestre

	Ganhos	Perdas	Líquido
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.293	-	15.293
Títulos de renda fixa	6.859	(272)	6.587
Total Custo Amortizado	22.152	(272)	21.880
Títulos públicos	32.450	(288)	32.162
Total VJORA (1)	32.450	(288)	32.162
Fundo de investimento	1.796	(33)	1.763
Total VJR	1.796	(33)	1.763
Total Geral	56.398	(593)	55.805

Exercício

	Ganhos	Perdas	Líquido
Aplicações interfinanceiras de liquidez	40.421	-	40.421
Títulos de renda fixa	35.784	(4.147)	31.637
Total Custo Amortizado	76.205	(4.147)	72.058
Títulos públicos	60.609	(409)	60.200
Total VJORA (1)	60.609	(409)	60.200
Fundo de investimento	3.259	(65)	3.194
Total VJR	3.259	(65)	3.194
Total Geral	140.073	(4.621)	135.452

(1) Os valores registrados no resultado referem-se exclusivamente aos rendimentos do título, enquanto os ajustes a valor justo (marcação a mercado) são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

f) Movimentação provisão para perda

	2025	
	2º Semestre	Exercício
Provisão Perdas Títulos	(2.557)	(6.059)

7. Instrumentos financeiros derivativos

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

O Banco realiza operações com derivativos que estão classificados na carteira VJR, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações.

Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Sendo eles swap, ndf, opções, futuros.

A partir da Resolução CMN 4.966/21 também registramos como derivativos os contratos de câmbio de compra e venda de moeda estrangeira com liquidação pronta e futura, e o ajuste a mercado também registramos contra resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Dezembro/2025		
	Valor de curva	Ganhos/ (perdas) não realizados	Valor de Mercado
Swap - diferencial a receber	27.986	1.067	29.053
Swap - diferencial a pagar	(231)	109	(122)
Total Swap	27.755	1.176	28.931
NDF - a receber	239	(108)	131
NDF - a pagar	(71)	7	(64)
Total NDF	168	(101)	67
Contratos de Câmbio - venda de Moeda	-	509	509
Total de Venda de Moeda Estrangeira	-	509	509
Opções - a receber	473	-	473
Opções - a pagar	(640)	(68)	(708)
Total opções	(167)	(68)	(235)
Total	27.756	1.516	29.272
Total Instrumento Financeiro Derivativos - VJR	27.756	1.516	29.272

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de "Swap", "Non-Deliverable Forward - NDF" e Futuros, sendo registrados na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. Os contratos de câmbio de venda referem-se a ajuste de liquidação futura.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

7. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) Composição do valor de referência por vencimento

	Dezembro/2025					Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
"Swap" posição ativa	-	-	33.000	26.961	242.860	302.821
"Swap" posição passiva	-	-	-	-	15.000	15.000
NDF posição ativa	3.063	6.468	2.655	-	-	12.186
NDF posição passiva	-	-	2.740	-	-	2.740
Futurosposição comprada	107.744	145.741	295.242	109.831	204.338	862.896
Futurosposição vendida	222.928	52.433	222.556	153.038	-	650.955
Opçõesposição vendida	-	-	11.500	-	-	11.500
Contratos de Câmbio posição comprada	509	-	-	-	-	509
Total	334.244	204.642	567.693	289.830	462.198	1.858.607

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

7. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

c) Composição por indexador

	Dezembro/2025		
	Valor a receber	Valor a Pagar	Valor de referência
Operações de "swap"			
Posição ativa	29.053	-	302.821
CDI x PRÉ	28.321	-	279.821
Dólar Venda X CDI	732	-	23.000
Posição passiva	-	(122)	15.000
Dólar Venda X CDI	-	(122)	15.000
Total de operações de "swap"	29.053	(122)	317.821
Operações de NDF			
Posição ativa	131	-	12.186
Dólar venda	131	-	12.186
Posição passiva	-	(65)	2.740
Dólar venda	-	(65)	2.740
Total de operações de NDF	131	(65)	14.926
Operações de futuros			
Posição comprada (*)	6.569	-	862.895
DDI	5.770	-	634.013
DI1	31	-	41.181
DOL	760	-	184.796
EUP	8	-	2.905
Posição vendida (*)	-	(13.131)	650.956
DDI	-	(10.342)	368.596
DI1	-	(8)	233.974
DOL	-	(2.770)	48.386
EUR	-	(12)	-
Total de operações de futuros	6.569	(13.131)	1.513.852
Opções			
Posição vendida (*)	-	(707)	11.500
Dólar venda	-	(707)	11.500
Total de Opções	-	(707)	11.500
Contratos de Câmbio			
Posição comprada (*)	509	-	509
Euro venda	509	-	509
Total Câmbio	509	-	509
Total	36.262	(14.026)	1.858.607

(*) Os ajustes são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

7. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

d) Valor de referência por local de negociação

	Mercado Organizado	Mercado Balcão	2025
Operações de "swap"	-	317.821	317.821
Operações de NDF	-	14.926	14.926
Opções	11.500	-	11.500
Futuros	1.513.851	-	1.513.851
Contratos de câmbio	509	-	509
Total	1.525.860	332.747	1.858.607

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e de moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Banco e em operações para atendimento aos seus clientes.

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Informamos a seguir os ganhos e as perdas que impactaram os resultados do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O resultado líquido é composto pelo resultado dos derivativos ofertados para clientes acrescido do resultado dos *hedges* de risco de mercado, também realizados com derivativos, para estas posições.

	2º Semestre 2025		
	Ganho	Perda	Líquido
"Swap"	46.736	(33.519)	13.217
NDF	3.105	(3.364)	(259)
Opções	695	(711)	(16)
Futuros	391.610	(409.771)	(18.161)
Contratos de cambio	119.549	(21.428)	98.121
Total	561.695	(468.793)	92.902

	Exercício		
	Ganho	Perda	Líquido
"Swap"	155.864	(84.184)	71.680
NDF	10.353	(19.977)	(9.624)
Opções	2.097	(711)	1.386
Futuros	881.313	(993.529)	(112.216)
Contratos de cambio	325.814	(47.704)	278.110
Total	1.375.441	(1.146.105)	229.336

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

7. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

f) Valor e tipo de margem dadas em garantia

O montante de margem depositado em garantia na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 tem a seguinte composição:

	<u>2025</u>
Títulos e valores mobiliários - Carteira própria	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	61.785
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e NTN-F	112.991
Fundo de Investimento - FILCB	<u>23.910</u>
Total	<u>198.686</u>

g) Derivativos utilizados como instrumentos de “hedge accounting”

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura de “hedge accounting” de risco de mercado é composta por contratos futuros, com valor de referência atualizado de R\$675.366 e vencimentos que variam de janeiro de 2026 a julho de 2027, e visam proteger o Banco das flutuações do câmbio nos adiantamentos de contrato de câmbio e nas captações no exterior.

O valor dos adiantamentos de contratos de câmbio, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$253.617 e está classificado como objeto de “hedge” de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa é de R\$328.

O valor dos empréstimos no exterior, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$279.848 e está classificado como objeto de “hedge” de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como receita é de R\$905.

A efetividade das estruturas de “hedge” de risco de mercado é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para “hedge” e do instrumento objeto de “hedge”.

A efetividade apurada para a carteira de “hedge” em 31 de dezembro de 2025 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

As operações acima não representam a exposição global do Banco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge”.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

8. Gestão de riscos

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos integrados de gestão de risco através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e socioambiental. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

Além disso, o BCG-Brasil dispõe de um Quadro de Apetência a Riscos (Risk Appetite Statement - RAS), que representa um dos principais instrumentos de governança da Instituição. O RAS estabelece, de forma estruturada, os níveis de risco que o Banco está disposto a aceitar em sua atuação, traduzindo a estratégia corporativa em parâmetros objetivos de acompanhamento. Esse documento consolida um conjunto abrangente de métricas definidas para refletir os limites de tolerância e orientar a alocação eficiente do capital.

A gestão do RAS é conduzida pela área de Riscos (FGR-Local), em alinhamento com as diretrizes da Diretoria Executiva e sob a supervisão do Conselho de Administração, com suporte da DGR, órgão de estrutura de riscos da sede, CGD, que acompanha periodicamente a sua aderência às práticas prudenciais. Essa estrutura reforça a disciplina e a transparência na condução das atividades, conferindo maior solidez e previsibilidade à gestão do capital e assegurando a adequada compatibilização entre apetite a risco, estratégia de negócios e sustentabilidade da Instituição.

A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção, no sentido de preservar o alinhamento estratégico da entidade.

l) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

8. Gestão de riscos--Continuação

I) Risco de mercado--Continuação

Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR - "Value at Risk"): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos.
- Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ou própria).
- Alerta de "Stop Loss": perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Banco adota uma política de alertas baseada em gatilhos.
- Sensibilidade (BPV): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 pontos-base a.a. nas taxas de juros atuais.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Banco.

Em 31 de dezembro de 2025, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Banco estava exposto era de R\$2,68 milhões.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

8. Gestão de riscos--Continuação

II) Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, 4.745/19 e 4.945/21, o Banco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito do Banco visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira.

No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo.

São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital.

No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Banco julgar necessário.

O risco de crédito é mensurado a partir da avaliação da perda esperada (Expected Credit Loss - ECL), em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e o CPC 48/IFRS 9, considerando parâmetros de probabilidade de default (PD), perda dado o default (LGD) e exposição no momento do default (EAD).

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

8. Gestão de riscos--Continuação

II) Risco de crédito--Continuação

Em relação ao risco de crédito e sua concentração:

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição total do BCG-Brasil a risco de crédito, principal fator de risco ao qual a entidade está exposta, considerada a carteira prudencial, correspondia a R\$1.123 milhões.

- Operações de crédito a clientes: R\$1.069 milhões;
- Títulos privados: R\$54 milhões;
- Derivativos (MTM): R\$29 milhões;

Em 31 de dezembro de 2025, em relação ao risco de concentração originário do portfólio de crédito, as concentrações são avaliadas de acordo com:

- Setor econômico: análise da distribuição da carteira por ramos de atividade.
- Região geográfica: exposição por localização dos tomadores.
- Contraparte individual ou grupo econômico: identificação de clientes ou grupos que concentram parcelas relevantes da carteira, conforme limites regulatórios (exposição acima de 10% do PR).
- Natureza dos instrumentos financeiros: operações de crédito, títulos privados, derivativos e garantias prestadas.

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição por concentração de risco de crédito em termos setoriais e regionais era a seguinte:

- Por setor econômico:
 - Agronegócio: R\$555 milhões
 - Comércio: R\$86 milhões
 - Construção e Engenharia: R\$69 milhões
 - Outros: R\$413 milhões
- Por região geográfica:
 - Sudeste: R\$523 milhões
 - Sul: R\$402 milhões
 - Norte/Nordeste/Centro-Oeste: R\$199 milhões

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

8. Gestão de riscos--Continuação

III) Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

O Banco possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz - a Caixa Geral de Depósitos - para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos.

O Banco utiliza a Abordagem do Indicador Básico.

Para fins de controles de perdas financeiras, em dezembro de 2025, o banco constava com um volume de perdas imaterial em relação ao seu produto bancário.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

8. Gestão de riscos--Continuação

IV) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

No BCG-Brasil, o risco de liquidez é avaliado através de um arcabouço de práticas que incluem a avaliação de caixa mínimo e fluxo de caixa futuro para o horizonte de 90, gaps de liquidez em diferentes horizontes temporais, teste de stress de liquidez, rácios de transformação, rácios de oneração, volume de colateral disponível e indicadores regulatórios como o LCR (Liquidity Coverage Ratio) e o NSFR (Net Stable Funding Ratio).

Dentre os indicadores de risco de liquidez, para 31 de dezembro de 2025, destacam-se o LCR em 344% e o NSFR em 201%, ambos refletindo posições confortáveis em termos da liquidez do BCG-Brasil.

Em termos da concentração por tipo de contraparte, para 31 de dezembro de 2025, o BCG-Brasil possui a seguinte diversificação de funding estrutural:

- Instituições bancárias e de desenvolvimento: 29,05%
- Captação via Intermediários: 46,83%
- Empresas: 6,86%
- Pessoas Físicas (Captação Própria) : 15,35%
- Recursos Próprios: 1,91%

V) Risco Socioambiental

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática ("PRSAC") em vigor no BCG-Brasil traça os princípios e diretrizes de natureza social, ambiental e climática que o BCG-Brasil considera para a realização da atividade bancária. Tal política está em conformidade com a Resolução CMN 4.945/21.

O BCG-Brasil mantém políticas e práticas voltadas para o adequado gerenciamento do risco socioambiental e climático, em conformidade com as diretrizes regulatórias e de sustentabilidade aplicáveis.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

8. Gestão de riscos--Continuação

V) Risco Socioambiental--Continuação

No âmbito do risco climático, a Instituição utiliza a ferramenta Think Hazard como instrumento de monitoramento e análise da concentração de exposições a eventos adversos relacionados às mudanças climáticas, permitindo a identificação de vulnerabilidades e a mitigação de potenciais impactos sobre suas operações e carteiras de crédito.

Em complemento, com o apoio do Departamento de Compliance, são realizadas avaliações sistemáticas das vertentes de risco social e ambiental, de modo a assegurar que as práticas da Instituição estejam alinhadas às melhores condutas de responsabilidade corporativa. Essas avaliações seguem em consonância com os critérios definidos para o reporte do Documento de Risco Socioambiental e Climático (DRSAC) ao Banco Central do Brasil, garantindo a observância às obrigações normativas e a transparência nas informações prestadas.

Assim, o BCG-Brasil reforça seu compromisso com a sustentabilidade, com a mitigação de riscos socioambientais e climáticos e com a conformidade regulatória, contribuindo para a resiliência e perenidade de suas operações.

Em termos dos principais indicadores socioambientais, o banco possuía em dezembro de 2025 os seguintes números:

- Concentração da Carteira de Crédito a Risco Socioambiental Acrescido - em volume financeiro: 2,40%
- Concentração da Carteira de Crédito a Empresas com Socioambiental Acrescido - % de contrapartes: 0,73%
- Concentração da carteira de Crédito em regiões de risco alto e muito alto: 0,00%

VI) Gestão de Capital

O BCG-Brasil adota práticas de gestão de capital compatíveis com a natureza de suas operações e em conformidade com os requerimentos regulatórios aplicáveis.

A Instituição realiza o monitoramento mensal das parcelas de capital regulatório, com ênfase na parcela referente ao risco de crédito, que representa a principal exposição de sua carteira. Adicionalmente, é efetuado o acompanhamento da parcela relativa ao risco de mercado, decorrente, sobretudo, das atividades de tesouraria.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

8. Gestão de riscos--Continuação

VI) Gestão de Capital--Continuação

No tocante ao risco operacional, o BCG-Brasil adota a abordagem simplificada prevista na regulamentação vigente, assegurando o adequado dimensionamento do capital necessário para cobertura desse risco. O monitoramento tempestivo e detalhado das parcelas de capital permite que a Instituição otimize sua estrutura de capital por meio da mitigação de riscos e da compreensão das operações e posições que geram os maiores consumos de capital.

A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pelo Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável pela estruturação e acompanhamento do Plano Estratégico Anual. Esse processo é liderado pela área de Riscos, denominada FGR-Local, enquanto à área de Controladoria cabe o acompanhamento do orçamento.

As instituições financeiras do Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos Brasil apuram o seu Patrimônio de Referência de forma consolidada. Em atendimento às Resoluções CMN N^os 4.557/17 e 4.745/19 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no sítio da instituição na internet, acessíveis através do endereço: www.bcgbrasil.com.br, não compondo, entretanto, estas demonstrações financeiras.

Em dezembro de 2025, o índice de Basileia do BCG-Brasil foi de 22,98%, demonstrando a solidez da sua posição de capital em relação aos requerimentos regulatórios. Dessa forma, o BCG-Brasil mantém controles sistemáticos de avaliação e monitoramento, garantindo a robustez de sua estrutura de capital, a aderência às exigências normativas e a preservação de sua capacidade de continuidade operacional.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

9. Operações de crédito

As informações da carteira de crédito, em 31 dezembro de 2025, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por modalidade de operação

	<u>Dezembro/25</u> <u>Carteira</u>	<u>Dezembro/25</u> <u>Provisão</u>
Capital de giro	18.158	273
Financiamento à exportação	28.441	7.655
Total de operações de crédito	<u>46.599</u>	<u>7.928</u>
Nota Comercial - NC	335.472	8.765
Cédula de Produto Rural - CPR	175.368	4.820
Confissão de dívida	32.151	10.738
Acordo Judicial	10.140	6.256
Outros	40.939	18.207
Adiantamento sobre contrato de câmbio	323.275	18.034
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	<u>917.345</u>	<u>66.820</u>
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	<u>963.944</u>	<u>74.748</u>

b) Provisões

	<u>Dezembro/25</u> <u>Provisão</u>
Provisão para Operações de Crédito	<u>(7.928)</u>
(-) Perda incorrida Associada ao Risco de Crédito	-
(-) Provisão Adicional	(7.196)
(-) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	(732)
Provisão para Outros Créditos	<u>(66.820)</u>
(-) Perda incorrida Associada ao Risco de Crédito	(1.204)
(-) Provisão Adicional	(51.285)
(-) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	(14.331)
Total de Provisões Para Perdas	<u>(74.748)</u>

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

9. Operações de crédito--Continuação

c) Composição da carteira por setor de atividade

	<u>Dezembro/ 2025</u>
Setor Privado:	
Indústria	393.319
Comércio	301.183
Rural	103.447
Outros	165.995
Total	<u>963.944</u>

d) Composição da carteira por vencimento

	2025					Total
	Vencido	A vencer				
		01 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	
Capital de giro	-	-	-	18.158	-	18.158
Financiamento à exportação	-	5.354	8.778	-	6.803	7.506
Confissão de dívida	-	-	-	-	32.151	32.151
Acordo Judicial	10.140	-	-	-	-	10.140
Outros	32.737	-	-	-	8.202	40.939
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio - ACC	3.907	20.947	20.191	118.878	142.125	17.227
Nota Comercial - NC	-	453	10.465	39.109	109.754	175.691
Certificado de Produto Rural - CPR	11.725	-	10.277	4.373	56.835	92.158
Total	58.509	26.754	49.711	162.360	333.675	332.934

e) Composição da carteira por classificação

	Vencidos (*)	Curso Normal	Provisão Perdas	Perda Esperada	Provisão Adicional	Perda Incorrida
Capital de giro	-	18.157	273	254	19	-
Financiamento à exportação	-	28.440	7.655	478	7.178	-
Nota Comercial - NC	-	335.472	8.765	5.045	3.720	-
Cédula de Produto Rural - CPR	-	175.368	4.820	2.787	2.033	-
Confissão de dívida	-	32.151	10.739	450	10.289	-
Acordo Judicial	10.140	-	6.256	168	4.884	1.204
Outros	32.738	-	18.091	458	17.632	-
Adiantamento sobre contrato de câmbio	-	323.275	18.034	5.306	12.728	-
Venda a prazo de ativos não financeiros (BNDU)	-	8.202	115	115	-	-
Total	42.878	921.065	74.748	15.061	58.483	1.204

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

9. Operações de crédito--Continuação

f) Movimentação provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>2025</u> <u>Exercício</u>
Saldo 31/12/24	(52.905)
<i>Ajuste (Res. 4.966)</i>	(1.980)
Saldo 01/01/25	(54.885)
Provisão constituída	(59.319)
Reversão de provisão	39.456
Saldo 31/12/25	(74.748)
	<u>2º Semestre</u>
Saldo 30/06/25	(61.721)
Provisão constituída	(40.747)
Reversão de provisão	27.720
Saldo 31/12/25	(74.748)

g) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados

No semestre, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve recuperação de crédito anteriormente baixado como prejuízo.

No semestre findo em 31 de dezembro de 2025, não houve renegociação de operação.

h) Rendas de operações de crédito, e com característica de concessão de crédito

	<u>2025</u>	
	<u>2º semestre</u>	<u>Exercício</u>
Operações de Crédito	4.440	9.083
Operações de Crédito ACC/ACE	13.234	24.288
Operações c/ características de concessão de crédito	49.176	17.579
Total de operações de crédito	66.850	50.950

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

10. Receitas/despesas de intermediação financeira

a) Despesas de Captações no mercado

	2025	
	2º semestre	Exercício
Depósitos Interfinanceiros	(1.869)	(3.501)
Depósitos a prazo	(51.881)	(101.001)
Operações compromissadas	(1.597)	(3.953)
Letras de crédito de agronegócio (LCA)	(9.825)	(21.870)
Letras Financeiras (LF)	(4.840)	(5.220)
Fundo Garantidor (FGC)	(553)	(1.129)
Total	(70.565)	(136.674)

b) Despesas de Empréstimos e Repasses

	2025	
	2º Semestre	Exercício
Captações no exterior - juros	(13.598)	(27.637)
Captações no exterior - variação de taxa	(99.254)	(212.240)
Hedge	(966)	(1.027)
Total	(113.818)	(240.904)

c) Receitas (despesas) de operações em moeda estrangeira

	2025	
	2º Semestre	Exercício
Ordens de pagamento	(759)	(559)
Disponibilidades	1.875	16.564
Hedge de Captações	404	1.370
Aplicações Interfinanceiras	(332)	(575)
Total	1.188	16.800

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

11. Outros ativos

a) Ativos não financeiros mantidos para a venda

Imóvel - Localização	2025		
	Principal	Provisão	Líquido
Cascavel - CE	7.413	(3.098)	4.315
Aquiraz - CE	13.094	(2.903)	10.191
Total	20.507	(6.001)	14.506
Não circulante	20.507	(6.001)	14.505

Os imóveis referem-se a bens recebidos em dação de pagamento em 2019. Em observância ao Art. 5º da Resolução CMN nº 4.747, e diante da ausência de realização no prazo de um ano, os ativos foram reclassificados para o grupamento de ativo não circulante realizável a longo prazo, permanecendo registrados pelo valor contábil aplicável.

O Banco realiza, anualmente, avaliação do bem por meio de laudo elaborado por avaliador independente, com o objetivo de suportar a revisão da provisão para perdas, quando necessária. O laudo mais recente foi emitido em novembro de 2025, considerando o valor de mercado do imóvel.

b) Diversos

	2025
	2º Semestre
Impostos e contribuições a compensar	4.250
Pagamentos a ressarcir	3
Adiantamentos e antecipações salariais	383
Rendas a receber *	9.294
Despesas antecipadas	376
Outros**	1.947
Total	16.253

(*) Comissão a receber

(**) Valores a receber sem característica de concessão de crédito

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

12. Investimentos

a) Participação em controlada

	2025	
	2º Semestre	Exercício
<u>CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A</u>		
Capital social	12.595	12.595
Patrimônio líquido	25.044	25.044
Lucro líquido no semestre/exercício	1.830	2.900
Participação societária	100%	100%
Valor de investimento em controlada por equivalência patrimonial	25.044	25.044
Total do investimento	25.044	25.044
Resultado de equivalência patrimonial no semestre/exercício	1.830	2.900

b) Movimentação dos investimentos

	2025	
	2º Semestre	Exercício
Saldo ao início do semestre/exercício	25.454	26.284
Resultado da participação em controlada	1.830	2.900
Juros sobre o capital próprio recebidos	(2.240)	(4.140)
Saldos ao final do semestre/exercício	25.044	25.044

13. Instrumentos financeiros - passivo ao custo amortizado

a) Depósitos

	Dez/2025
Depósitos à vista	160.582
Depósitos a prazo	638.423
De 1 a 90 dias	57.593
De 91 até 360 dias	276.133
A vencer após 360 dias	304.697
Depósitos interfinanceiros	24.954
De 1 a 90 dias	19.271
De 91 a 360 dias	5.683
Total de depósitos	823.959

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

13. Instrumentos financeiros - passivo ao custo amortizado--Continuação

a) Depósitos

Os depósitos a prazo e interfinanceiros com taxas pós-fixadas, no montante de R\$503.516, apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 90,50% a 115,50%. Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R\$159.861, apresentam taxas ao ano que variam de 10,79% a 16,41%.

b) Captações no mercado aberto

	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Total
Carteira própria:			
Debêntures	10.357	3.787	14.144
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	9.533	4.748	14.281
Total de captações no mercado aberto	19.890	8.535	28.425

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

As letras de crédito do agronegócio com taxas pós-fixadas, no montante de R\$124.720 apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 90,5% a 115,5%. As letras de crédito do agronegócio com taxas pré-fixadas, no montante de R\$19.926, apresentam taxas ao ano que variam de 9,04% a 14,09%. E as letras financeiras com taxas pós-fixadas, no montante de R\$89.946 apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") de 100%.

Em 31 de dezembro de 2025, o total das captações com letras de crédito do agronegócio até 360 dias é de R\$114.762, e acima de 360 dias é de R\$29.883. E as captações com letras financeiras até 360 dias é de R\$6.294, e acima de 360 dias é de R\$83.653.

d) Obrigações por empréstimos no exterior

		2025	
		Moeda	Reais
Empréstimo no Exterior:			
Grupo Caixa Geral de Depósitos (*)	USD	62.558	343.778
Grupo Caixa Geral de Depósitos (*)	EUR	11.950	77.286
Total			<u>421.064</u>

(*) Operações com parte relacionada, conforme descrito na nota nº 19. b

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

14. Provisões

	<u>Dezembro/ 2025</u>
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	5.153
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota nº 16.a e b)	635
Provisão para despesas de pessoal (*)	3.555
Fornecedores a pagar	486
Outras	288
Total	<u>10.117</u>

(*) Provisão conforme competência, pertinente a verbas salariais

a) Composição da Carteira por classificação

	<u>Curso Normal</u>	<u>Provisão</u>
Responsabilidade por garantias financeiras prestadas	104.264	5.153
Total	<u>104.264</u>	<u>5.153</u>

15. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	<u>Dezembro/ 2025</u>
Impostos e contribuições a recolher	3.232
Total	<u>3.232</u>

b) Diversas

	<u>Dezembro/ 2025</u>
Negociação e Intermediação de Valores	6.571
Comissões antecipadas	814
Relações Interfinanceiras	260
Outros	114
Total	<u>7.759</u>

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

16. Provisão para risco e obrigações legais

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09.

a) Obrigações legais, contingências fiscais e trabalhistas

O Banco é parte em processos administrativos de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre juros sobre o capital próprio deduzido da base de cálculo do ano de 2011 classificado como possível em parte no montante de R\$3.332, e de débitos compensados de IRPJ e CSLL não homologados referentes ao ano de 2015, no montante total de R\$1.190, que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda está classificado como possível pelos advogados externos.

Descrição	Dezembro/2025	
	Provisão	Depósitos judiciais
Contingências fiscais:		
Outros (i)	635	-
Subtotal	635	-
Contingências cíveis:		
Processos cíveis	-	847
Subtotal	-	847
Total	635	847

(i) Refere-se ao processo de IRPJ e CSLL de juros sobre o capital próprio deduzido da base de cálculo do ano de 2011, e utilização da Base Negativa classificado como possível referente ao JCP, e provável referente a Base Negativa.

b) A movimentação das provisões passivas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	
		Total
Saldo em 31/12/2024	596	596
Constituição (nota nº 24.b)	39	39
Saldo em 31/12/2025	635	635

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

16. Provisão para risco e obrigações legais--Continuação

- c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2025 é o seguinte:

Perdas	Dezembro/2025					
	Obrigações legais e contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Contingências Trabalhistas	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Prováveis	635	635	-	-	-	-
Possíveis	3.887	-	847	-	1.172	-
Total	4.522	635	847	-	1.172	-
Quantidade	3		1		3	

17. Imposto de renda e contribuição social

- a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	2025	
	2º Semestre	Exercício
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(1.429)	(11.110)
Imposto de renda e contribuição social, às alíquotas de 25% e 20%	643	5.000
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	786	1.220
Despesas com gratificações e benefícios	(30)	(54)
Resultado de Equivalência Patrimonial	824	1.305
Outros	(8)	(31)
Resultado do imposto de renda e da contribuição social do semestre/exercício	1.429	6.220

- b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Administração do Banco mantém créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$92.593 fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de lucro tributário no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.842/20.

Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias--Continuação

	<u>2025</u>
Provisão para crédito	66.665
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	2.319
Provisão outros valores e bens imóveis	2.701
Marcação a Mercado Títulos (VJORA)	2.787
Marcação a Mercado de instrumentos financeiros derivativos e empréstimo no exterior	2.415
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	383
Provisão para contingências fiscais	286
Outros	8
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	15.029
Total Crédito Tributário	92.593

c) Composição de obrigações diferidas

	<u>2025</u>
Marcação a Mercado Títulos (VJORA)	(66)
Marcação a Mercado de Futuros	(2.198)
Total de obrigações diferidas	(2.264)

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	<u>Saldo em 31 de dezembro de 2024</u>	<u>Constituição/ realização</u>	<u>Saldo em 31 de dezembro de 2025</u>
Provisão para crédito	58.277	8.388	66.665
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	847	1.472	2.319
Provisão outros valores e bens imóveis	7.778	(5.077)	2.701
Marcação a Mercado de instrumentos financeiros derivativos e empréstimo no exterior	-	2.415	2.415
Marcação a Mercado Títulos (VJORA)	9.360	(6.573)	2.787
Marcação a Mercado Futuros	1.197	(1.197)	-
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	2.355	(1.972)	383
Provisão para contingências fiscais	268	18	286
Outros	8	-	8
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	15.031	(2)	15.029
Total Crédito Tributário	95.121	(2.528)	92.593
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(5.267)	5.267	-
Marcação a Mercado Títulos (VJORA)	(3.788)	3.722	(66)
Marcação a Mercado de Futuros	-	(2.198)	(2.198)
Saldo de obrigações diferidas	(9.055)	6.791	(2.264)

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

e) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas

Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Banco:

	<u>1 ano</u>	<u>2 anos</u>	<u>3 anos</u>	<u>4 anos</u>	<u>5 anos</u>	<u>Total</u>
Créditos tributários	16.180	18.404	17.808	34.888	5.313	92.593
Obrigações diferidas	(2.264)	-	-	-	-	(2.264)

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R\$84.108 e R\$2.020 respectivamente.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2025, totalmente subscrito e integralizado está representado por 869.321 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R\$323.728.
As movimentações do período estão detalhadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 25% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. No exercício de 2024, foi deliberado, em reunião do Conselho de Administração, o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$5.500, (montante líquido de R\$4.675, após retenção na fonte de 15%, no valor de R\$825), que foram pagos em junho de 2025.

c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

18. Patrimônio líquido--Continuação

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado e está sendo apresentado na demonstração de resultado do Banco. O lucro por ação diluído é calculado de forma similar ao lucro básico por ação. Em 31 de dezembro de 2025 o lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básico.

19. Transações com partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal.

As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 31 de dezembro de 2025:

	Grau de relação	2025	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:			
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	739	-
CGD Investimentos, CVC	Controlada	(2)	-
Investimento - participação em coligadas e controladas			
CGD Investimentos, CVC	Controlada	25.044	1.830
Depósitos			
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(7.099)	-
CGD Investimentos, CVC	Controlada	(24.953)	(1.870)
Obrigações por empréstimo no exterior			
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa (nota nº 13.e)	Controladora	(180.717)	(8.226)
Outras obrigações - diversas			
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(2)	-

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

20. Limites operacionais - Índice de Basileia e limite de imobilização

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções CMN nº 4.955/21, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e através da Resolução CMN nº 4.958/21, instituiu apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA). O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) que é de 8,00% desde 2019:

a) Índice da Basileia

	<u>2025</u>
Risco de crédito - PEPR	80.788
Riscos de mercado- PCAM, PJURs e PACS	6.672
Risco Operacional - POPR	11.963
Patrimônio de referência exigido - PRE	99.423
Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE	285.559
Índice da Basileia (*)	22,98%
Rban	3.412
Índice da Basileia Amplo	22,22%

(*) O índice de Basileia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC ("Corretora").

b) Limites de imobilização

As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2025, este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 10%.

21. Receita de prestação de serviços

Em 31 de dezembro de 2025, estão assim representadas:

	<u>2025</u>	
	<u>2º semestre</u>	<u>Exercício</u>
Rendas garantias prestadas	159	1.178
Tarifas	1.585	2.149
Total	1.744	3.327

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

22. Outras despesas administrativas

Em 31 de dezembro de 2025 estão assim representadas:

	2025	
	2º semestre	Exercício
Processamento de dados	3.414	7.049
Aluguel	605	1.222
Serviços técnicos especializados	1.114	2.349
Depreciação e amortização	314	595
Serviços do sistema financeiro	492	1.088
Viagens	228	473
Publicações	33	68
Seguros	61	109
Manutenção e conservação de bens	172	336
Comunicação	74	248
Serviço de terceiros	1.448	2.745
Transportes	22	40
Água, energia e gás	43	90
Outras	692	1.444
Total	8.712	17.856

23. Despesas tributárias

Em 31 de dezembro de 2025 estão assim representadas:

	2025	
	2º semestre	Exercício
Despesas de contribuição ao COFINS	1.458	2.818
Despesas de impostos sobre serviços prestados - ISS	87	166
Despesas de contribuição ao PIS	237	458
Total	1.782	3.442

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

a) Outras receitas operacionais

	2025	
	2º Semestre	Exercício
Variação monetária ativa	9	20
Ajuste carta de remuneração	553	1.532
Juros venda BNDU a prazo	719	1.040
Rendas aplicações no exterior	1.478	1.478
Outros	171	172
Total	2.930	4.242

b) Outras despesas operacionais

	2025	
	2º Semestre	Exercício
Provisão Fiscais	(21)	(39)
Multas e juros	-	(5)
Reversão de Comissão	(183)	(183)
Prejuízo na venda de outros ativos	-	(2.605)
Outras despesas	(65)	(85)
Total	(269)	(2.917)
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.661	1325

25. Demais provisões com outros títulos

	2025	
	2º Semestre	Exercício
Variação monetária ativa	9	20
Ajuste carta de remuneração	553	1.532
Juros venda BNDU a prazo	719	1.040
Rendas aplicações no exterior	1.478	1.478
Outros	171	172
Total	2.930	4.242

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

26. Despesa de Pessoal

a) Remuneração da Administração

A Remuneração da Administração está em conformidade com as disposições da Resolução 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional.

No semestre findo em 31 de dezembro de 2025, foi pago aos Administradores o montante de R\$1.286 considerando salários e benefícios. Já no exercício o valor pago foi de R\$2.483

b) Benefícios a empregados

O Banco oferece o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que este contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, enquanto forem funcionários, sendo está a única responsabilidade do Banco como patrocinador.

No semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante de contribuição é de R\$27/R\$194 e foi registrado como despesa de pessoal.

c) Despesa de Pessoal

Em 31 de dezembro de 2025 estão assim representadas:

	2025	
	2º Semestre	Exercício
Remuneração Direta	8.889	15.814
Benefícios	2.412	4.725
Encargos Sociais	3.038	5.893
Total	14.339	26.432

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

27. Impactos da adoção Inicial da Resolução BCB nº 352/23

Ativo Financeiro em 31/12/2024

Ajuste na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (nota 9 f)

(1.980)

Efeitos tributários

891

Total dos impactos no ativo em 01/01/2025

(1.089)

Patrimônio Líquido

Prejuízo acumulado

(1.089)

Total dos impactos no Patrimônio Líquido em 01/01/2025

(1.089)

28. Resultados não recorrentes

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Resultado não recorrente	2025	
	2º semestre	Exercício
Receitas de Aluguéis	30	45
Alienação de Bens	29	29
Outros	-	11
Total	59	85

29. Informações complementares

a) Avais e fianças

Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

	Dez/25	
	Curso Normal	Provisão
Fianças e garantias prestadas - pessoas jurídicas (nota 14 a)	104.264	5.153

O resultado de provisão no exercício foi de R\$54, e no segundo semestre uma reversão de provisão de R\$333.

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

29. Informações complementares--Continuação

b) Outras informações

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com os clientes com os quais possua essa modalidade de acordo.

30. Eventos subsequentes

O Governo de Portugal, por meio de Comunicado do Conselho de Ministros, anunciou o relançamento do processo de alienação das ações detidas pela matriz, representativas de 100% do capital social do Banco Caixa Geral – Brasil, S.A., bem como da totalidade ou parte das participações e ativos por ele detidos. A administração permanece acompanhando os desdobramentos do processo, incluindo a análise dos proponentes e de eventuais impactos decorrentes da alienação..

A Diretoria

Contadora
Nayra Fernanda de S. Ribas
CRC-1SP347146/O-3